



DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO

A ESCOLA E AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS

EMEF DR JOÃO PEDRO

DE

CARVALHO NETO



SITE: WWW.ESCOLAJOAOPEDRO.COM.BR

EMAIL: EMEFJPCNETO@PREFEITURA.SP.GOV.BR

TEL: 5872-6565

END:- RUA ALFREDO OMETECIDIO, 339, JD SÃO JOSÉ..

CEP:- 05869-170

Sumário

Introdução.....	4
Justificativa.....	5
Histórico da Unidade.....	6
Biografia do Patrono	7
Área de atuação	7
Infra-Estrutura	9
Planta	9
Recursos Humanos.....	10
Recursos Materiais.....	12
Recursos Financeiros	13
Diagnóstico.....	13
Caracterização da Comunidade	13
Levantamento de dificuldades e necessidades	14
Objetivos e Metas	14
Princípios	15
REFLEXÕES	16
Sobre a Igualdade	16
Memorização	16
Inteligência	17
O que definimos como pessoa culta	17
Qualidade da Educação	18
Plano de Ação	19
Proposta Pedagógica.....	19
Ações de Apoio Pedagógico	22
Frequência e compensação de ausências	23
Classificação e Reclassificação	23
Inclusão	24
Convívio Escolar	25

Avaliação da Aprendizagem	25
Plano Curricular	27
Planos de trabalho	29
Conselho de Escola	32
Instituições Auxiliares: APM	33
Instituições Auxiliares: GRÊMIO	33
Avaliação do Projeto Político Pedagógico	33
Conclusão	34
Anexos	35

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO
EMEF DR JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO
“A ESCOLA E AS NOVAS DEMANDAS SOCIAIS”

INTRODUÇÃO

A Lei Federal 9.394/1996, conhecida como LDB ou LBDN, em vários artigos trata da Proposta Pedagógica das Escolas, aqui no Município de São Paulo chamado de Projeto Político Pedagógico – PPP. O nome Político não se refere a partidário político, mas a um conjunto de decisões tomadas pela comunidade escolar onde não impera critérios exclusivamente técnicos, mas também refere-se ao tipo de escola que a comunidade deseja, como por exemplo, nas concepções de valores, moral, patriotismo, liberdade e muitas outras concepções que não encontramos em manuais técnicos e que dependem das concepções e esperanças da própria comunidade onde a escola esta inserida. Vejamos abaixo como a Lei Federal se refere a este Projeto Pedagógico:

“ Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica...

§ 8º A exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais.”

A simples leitura dos dispositivos legais à cima não deixa margem de dúvida a respeito da necessidade de elaboração de uma Proposta Pedagógica, bem como a necessidade de leva-la ao conhecimento dos pais e responsáveis pelos alunos, devendo a escola adotar todos os meios necessários para a divulgação desta proposta, que no caso de nossa escola é a divulgação no site www.escolajoapedro.com.br onde acreditamos que estará acessível a todos os membros da comunidade escolar, mas caso algum responsável por aluno não tenha acesso a internet oferecemos também a cópia impressa do documento, ou seja, serão efetivados todos os esforços para a divulgação da mesma.

A Proposta Pedagógica não é apenas um documento formal para cumprir uma exigência da Legislação Federal e Municipal, mas é algo vivo que realmente orienta o trabalho dos professores, gestores e demais funcionários da escola, bem como é apresentada e explicada aos alunos e responsáveis.

É importante ressaltar que se trata de política interna da escola e das aspirações da comunidade, afinal as escolas são instituições permanentes que ao longo dos tempos passam por vários governos e de vários partidos, desta forma não cabe à instituição escolar definir seus valores baseados no partido que esta atualmente no poder.

Este PPP explicita sobre quais valores atuam os funcionários, pais e alunos da EMEF DR. JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO, ou seja, apesar de não ter ligações com partidos políticos, religiões e sindicatos, não podemos viver isolados no mundo, onde doutrinas religiosas e ideologias políticas fervilham. Logo a escola se posiciona sim em relação a determinadas doutrinas e ideologias, mas sem citar denominações religiosas ou partidos políticos.

APRESENTAÇÃO

A EMEF DR JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO foi criada pelo Decreto nº 25.242 de 04/01/1988 com a denominação de ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU “JARDIM FRATERNIDADE”, publicada em D.O.M. de 05/01/1988 da Administração de Campo Limpo, 6ª Delegacia Regional da Educação. O Prefeito então da época era o Sr Jânio da Silva Quadros.

Em 23/02/1988, pelo Decreto nº 25.409, o Prefeito da época resolve mudar a denominação da Unidade para ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU “DR JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO”, em homenagem a pessoa ilustre da área de Ensino.

JUSTIFICATIVA

A organização deste projeto justifica-se a priori pela necessidade de divulgar para a comunidade a concepção de educação da escola.

LOCALIZAÇÃO

Rua Alfredo Ometecídio, 339
Bairro: Jardim São José - Capão Redondo
São Paulo – SP – CEP: 05869-170
Fone: 5872-6565
DRE – Campo Limpo

CRIAÇÃO

Decreto de Criação: nº 25.242 – D.O.M. de 05/01/1988
Denominação: EMPG JARDIM FRATERNIDADE
Decreto de Denominação: nº 25.409 – D.O.M. de 24/02/1988
Denominação: EMPG “DR. JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO.

HISTÓRICO DA UNIDADE

Jânio da Silva Quadros, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando a demanda escolar existente na área de ensino do 1º grau, criou pelo Decreto nº 25.242 em 04 de janeiro de 1988, a Escola Municipal de 1º Grau “Jardim Fraternidade”, publicado no Diário Oficial do Município de 05/01/1988, localizada na Administração Regional de Campo Limpo, 6ª Delegacia Regional de Educação.

Em 23 de fevereiro de 1988, pelo Decreto 25.409, o Prefeito resolveu denominar a Escola Municipal de 1º Grau “Jardim Fraternidade” com um nome ilustre da área de ensino. A escola passou a chamar-se Escola Municipal de 1º Grau “Dr João Pedro de Carvalho Neto”, publicado no D.O.M. de 24/02/1988, considerando que às escolas municipais deverão ser atribuídas nomes de pessoas ou fatos que enaltecem o país.

A Escola, sob a Direção da Profª Helena de Campos Malachias, localiza-se à Rua Alfredo Ometecídio, s/n, no bairro do Capão Redondo.

Na ocasião a Unidade contava com 08 salas de aula, diretoria, secretaria, sala de coordenação pedagógica, cozinha, pátio interno e externo, banheiros feminino e masculino e uma quadra de esportes.

Sua Inauguração deu-se em solenidade aos 05/08/1988 às 10h00, contando com as seguintes presenças ilustres: Prof Paulo Zingg, Secretário Municipal de Educação; Fiore Wallace Gontrau Vita, Secretário de Serviços de Obras; Prof. Sebastião Hermes Verniano, Superintendente Municipal de Educação; Dra Maia José Fonseca Barbosa Teixeira, Diretora do Departamento de Planejamento e Orientação Técnica; Profª Maria Helena Di Vernieri Cuppari, Delegada Regional de Educação –DREM-6; Prof. Ricardo Oscar Rossi, Delegado Regional de Educação –DREM-5.

A programação do Evento, sob os cuidados da Direção, contou com a participação da viúva do Patrono, Sra Zélia Maia de Carvalho, suas filhas e genros, familiares e amigos.

BIOGRAFIA DO PATRONO

Dr. João Pedro de Carvalho Neto, nascido no Município de Lins em 26 de abril de 1926, filho de João Pedro de Carvalho Junior e Zózima de Andrade Carvalho. Teve três filhos: Maria Zélia, Maria Emília e Maria Paula.

Realizou seus primeiros estudos na cidade de Campinas. Concluiu o 2º grau em São Paulo, onde também se formou em Engenharia Civil pela Universidade Mackenzie. Na década de 1950, dedica-se intensamente aos cursos de extensão universitária e as atividades acadêmicas principalmente junto à Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie.

Em 1962 estende suas atividades profissionais para o magistério e para a administração na área Educacional. Iniciou como Professor assistente de Topografia da Cadeira de Levantamentos Cadastrais e de Geologia Geral, do Curso de Agrimensura da Escola Técnica Mackenzie. Lecionou na escola de Engenharia Mauá de Barretos, do Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo. Foi coordenador do Curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia de Mauá, Coordenador de Estudos da Área para Ciências Exatas das Faculdades Metropolitanas Unidas. Foi vice-diretor da Faculdade de Arquitetura Mackenzie de 1971 a 1974. Reitor da mesma Universidade. E tantas outras atividades desenvolveu na área da Educação.

João Pedro de Carvalho Neto destacou-se ainda, e de modo significativo, na Administração Pública do Estado de São Paulo. Foi Diretor Administrativo do Ceasa, coordenador do Plano Nacional de Educação, diretor executivo do Fundo Estadual de Construções Escolares, secretário regional da Arena de São Paulo. Elegeu-se Deputado Federal em 1974.

Na Câmara de Deputados foi Presidente da Comissão de Minas e Energia, relator da CPI sobre o ensino superior, sub-relator da CPI sobre o Índio e membro de Transporte e Obras. Vários foram seus pronunciamentos sobre temas da atualidade: energia, comunicações, transportes, educação, agropecuária, etc. Conferencista participou de inúmeras reuniões do Rotary Club, de diversas aulas inaugurais de colégios e Faculdades. Recebeu pelos bons serviços prestados à comunidade, distinções, medalhas e comendas, além do título de Cidadão Honorário de inúmeros Estados.

Faleceu em 23 de dezembro de 1987 na cidade de São Paulo.

ÁREA DE ATUAÇÃO – Horário de funcionamento / turnos

A EMEF Dr João Pedro de Carvalho Neto atende alunos de 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de Nove Anos, com a seguinte organização:

- Tempo Integral 1ºs ao 5ºs anos das 6h50 às 13h50;
- 6ºA e B das 6h50 às 11h50;
- 7ºs, 8ºs e 9ºs das 13h50 às 18h50

QUADRO DE CLASSES DA U.E. – Por turno/2019

2017	Sala 1	Sala 2	Sala 3	Sala 4	Sala 5	Sala 6	Sala 7	Sala 8	Sala 9
1º Turno	6º A* Rosilene	6º B* Rodrigo	5º B Lenita	1ºA Juliana Mucilo	2º A Sandra	5º A Isaura	3º A Waldyrce	4º A Ana Virgínia	1ºB Juliana Simões
2º Turno	7ºA* Fernando	7ºB* Claudinei	7ºC* Adriana	7ºD* Sermíramis	9ºB* Sidney	8ºB* Regiane	9ºA* Ivete	8ºA* Wânia	8ºC* Eliane

* Professores coordenadores

HORÁRIOS DE AULAS

Horário – 1º Turno INTEGRAL		Horário – 1º Turno REGULAR		Horário – 2º Turno REGULAR	
Lanche	6h50 – 7h00	Lanche	6h50 – 7h00	Lanche	13h50 – 14h00
1ª aula	7h00 – 7h45	1ª aula	7h00 – 7h45	1ª aula	13h55 – 14h40
2ª aula	7h45 – 8h30	2ª aula	7h45 – 8h30	2ª aula	14h40 – 15h25
3ª aula	8h30 – 9h15	3ª aula	8h30 – 9h15	3ª aula	15h25 – 16h10
4ª aula	9h15- 10h00	4ª aula	9h15 – 10h00	Intervalo	16h15 – 16h35
Almoço	10h00-10h20	Almoço	10h00 – 10h20	4ª aula	16h35 – 17h20
5ª aula	10h20-11h05	5ª aula	10h20-11h05	5ª aula	17h20 – 18h05
6ª aula	11h05-11h50	6ª aula	11h05-11h50	6ª aula	18h05 – 18h50
7ª aula	11h50-12h35				
8ª aula	12h35-13h20				
Lanche	13h20-13h50				

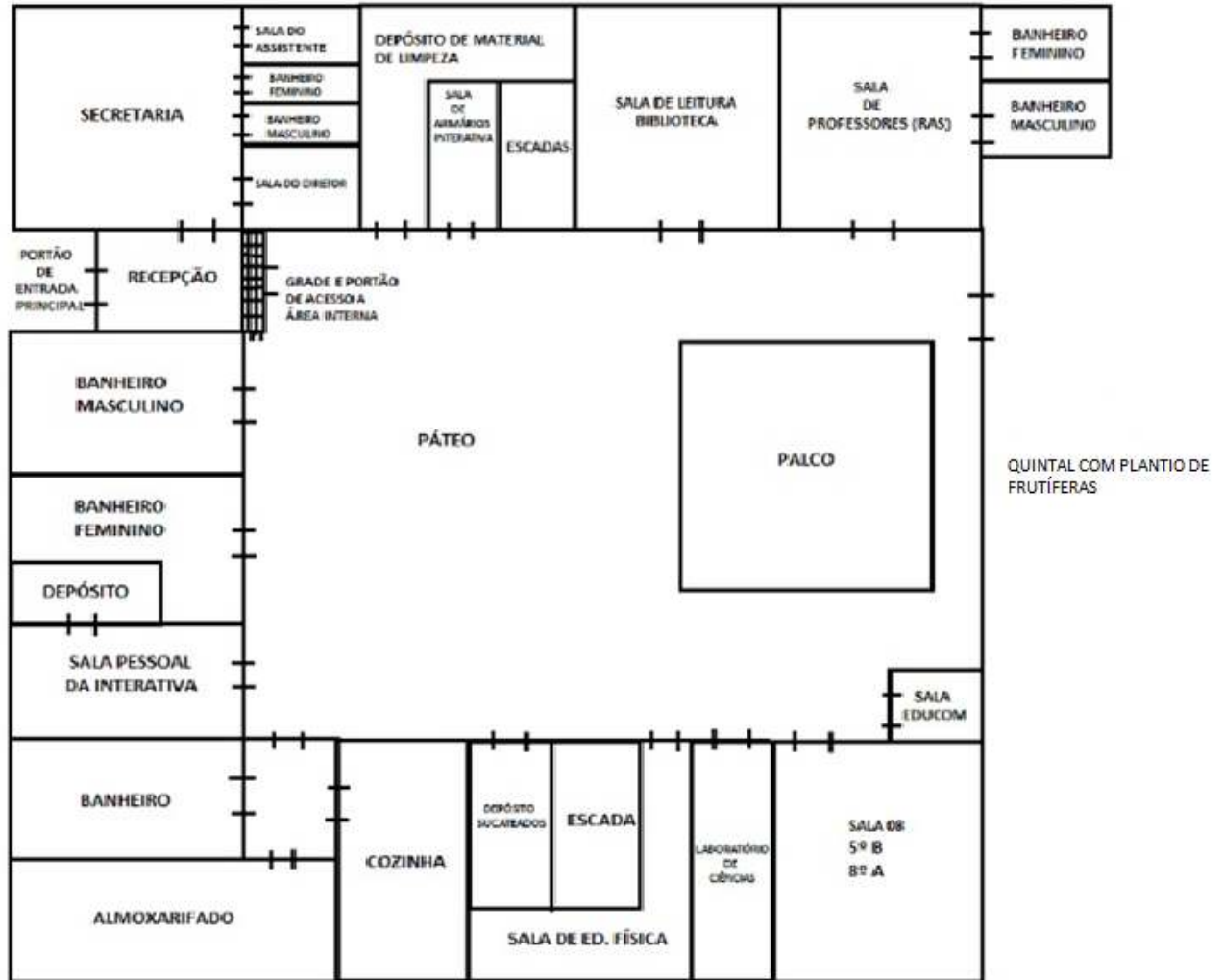
- Apoio Pedagógico – Recuperação Paralela:

Língua Portuguesa – Professora Marisa

Matemática – Eliane de Jesus Maria

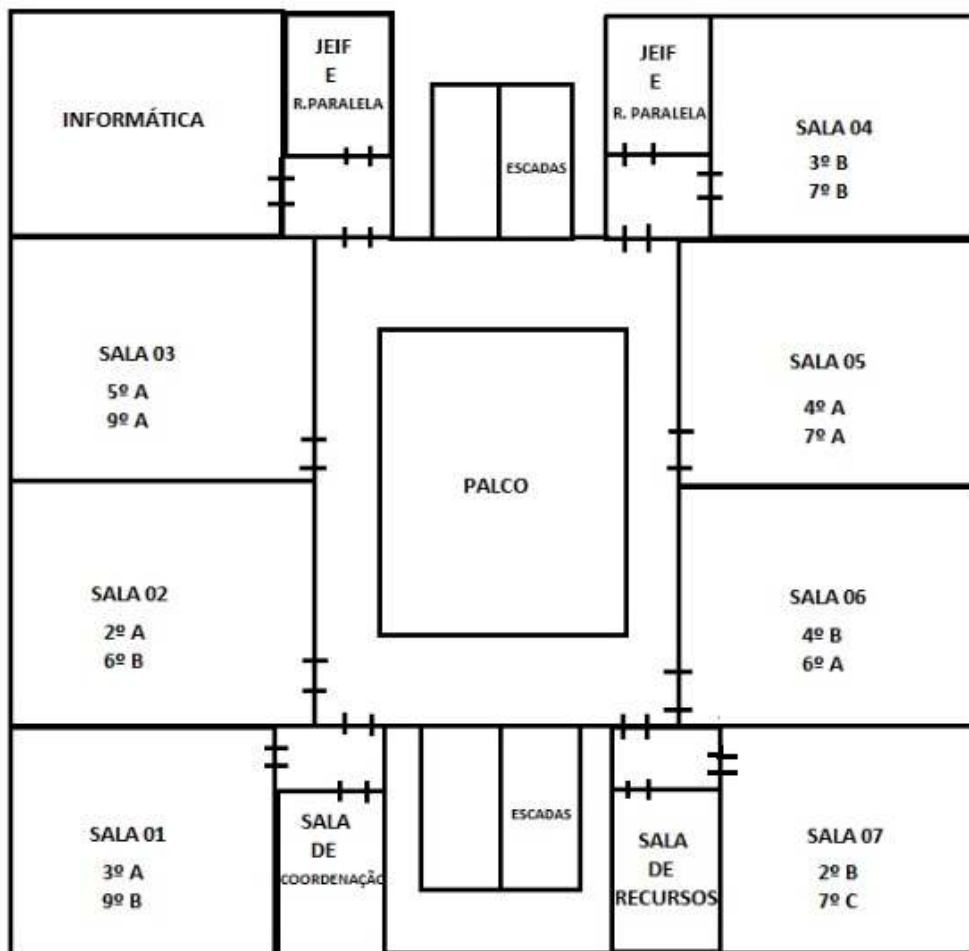
INFRA - ESTRUTURA

a) Planta



INFERIOR

Rua Alfredo Ometecídio, 339 - Jd. São José



SUPERIOR

a) Recursos Humanos

PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL I

Nome	Função	Componente Curricular
ANA VIRGINIA DOMINGOS	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE
EDNA APARECIDA LOPES FELIX	PROF DE ED INF E ENS FUND I - READAPTADA	POLIVALENTE
ELAINE APARECIDA MENDES	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE
GICIA MARLY DE OLIVEIRA MENEZES	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE
ISAURA MARIA DOS SANTOS	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE

ANDREA SILVA DE SOUZA	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE
JULIANA MUCILO BEZERRA	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE
LENITA APARECIDA DA SILVA	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE
ELIANE FERREIRA CASTILHO	PROF ORIENTADOR SALA DE LEITURA	POSL
MARISA DE LIMA GARCIA	PROF DE ED INF E ENS FUND I - PRP	PRP
SUELY RODRIGUES DOS SANTOS	PROF DE ED INF E ENS FUND I - READAPTADA	POLIVALENTE
WALDYRCE AZEVEDO DA MATA RAMALHO	PROF DE ED INF E ENS FUND I	POLIVALENTE

PROFESSORES ENSINO FUNDAMENTAL II

Nome	Função	Componente Curricular
	PROF ENS FUND II E MÉDIO - ARTE	ARTE
ADRIANA DE OLIVEIRA BORGES	PROF ENS FUND II E MÉDIO - ED FÍSICA	ED FÍSICA
ALINE DE SOUSA CALDEIRA GOMES	PROF ENS FUND II E MÉDIO - GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
FILIFE DANIEL LESSA DE OLIVEIRA	PROF ENS FUND II E MÉDIO ED FÍSICA	GEOGRAFIA
CASSIA DE OLIVEIRA OLIVERIO	PROF ENS FUND II E MÉDIO - ED FÍSICA	READAPTADA
CLAUDINEI MOREIRA DA COSTA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – INGLÊS	PORTUGUÊS
DANILO MENDES DE OLIVEIRA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – HISTÓRIA	HISTÓRIA
ELIANE JESUS DE MARIA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
FERNANDO BARBOSA JUNIOR	PROF ENS FUND II E MÉDIO - GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
GECILDA ARAUJO DA ROCHA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – PORTUGUÊS	PORTUGUÊS
IVETE BRITO DOS SANTOS	PROF ENS FUND II E MÉDIO – CIÊNCIAS	CIÊNCIAS
ROSILENE TEREZINHA L. DE OLIVEIRA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - INGLÊS	INGLÊS
JOSILENE MARIA DA SILVA AGUIAR	PROF ENS FUND II E MÉDIO - ED FÍSICA	ED FÍSICA
JULIANA LOUVEM DA CUNHA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - PORTUGUÊS	INGLÊS
KELLY DE OLIVEIRA F. AQUINO	PROF ENS FUND II E MÉDIO - HISTÓRIA	HISTÓRIA
LUCIANO RODRIGUES DA SILVA	PROF ORIENTADOR INFORMÁTICA EDUCATIVA	POIE
MARIANDA MENDES HIDALGO FARIA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
RENATA FERNANDES DE LIMA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – ED. FÍSICA	ED. FÍSICA
RODRIGO SALMAZO	PROF ENS FUND II E MÉDIO – MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
SERMIRAMIS SELOMI PEREIRA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - CIÊNCIAS	CIÊNCIAS
SIDNEY PATRICIO F. AQUINO	PROF ENS FUND II E MÉDIO – HISTÓRIA	HISTÓRIA
APARECIDA M. A. PARLATO DE LIMA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - ARTE	ARTE
VANESSA AMANÇO P.DE OLIVEIRA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
WANIA APARECIDA G. DA SILVA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - PORTUGUÊS	PORTUGUÊS
ANDRÉ ANTÔNIO DA SILVA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – MATEMÁTICA	MATEMÁTICA
EVERTON BERNARDES SANTANA	PROF ENS FUND II E MÉDIO – GEOGRAFIA	GEOGRAFIA
REGIANE ALEXANDRE DA SILVA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - INGLÊS	INGLÊS
SILVANA APARECIDA R VIEIRA	PROF ENS FUND II E MÉDIO - ARTE	ARTE

EQUIPE ADMINISTRATIVA

Nome	Cargo	Função
ALINE APARECIDA SIQUEIRA	AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	AUX TEC EDUCAÇÃO
ALVARO ISAMU SHIRASHAKI	PROF ENS FUND II E MÉDIO	ASSISTENTE DE DIRETOR
DENISE BARROS SANTOS	AGENTE ESCOLAR	AGENTE ESCOLAR
EDICLEIDE U DA SILVA LOPES	COORDENADOR PEDAGÓGICO	COORD. PEDAGÓGICO
FÁBIO RODRIGO BOTTAS	DIRETOR DE ESCOLA	DIRETOR DE ESCOLA
LUCAS SANTOS BURAEM	AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	SECRETÁRIO
MARIVALDA DE OLIVEIRA	AGENTE ESCOLAR	AGENTE ESCOLAR
PAULO HENRIQUE SOUSA	AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	AUX TEC EDUCAÇÃO
ROSEMARY PELICANO DIAS	AUXILIAR DE SECRETARIA	AUXILIAR DE SECRETARIA
ROSIMEIRE APARECIDA DA SILVA	AGENTE ESCOLAR – READAPTADA	AGENTE ESCOLAR
SIMONE MARIA DE BARROS	AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	AUX TEC EDUCAÇÃO
MÁRCIA SILVA SANTOS	AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	AUX TEC EDUCAÇÃO
LUIZ GALDÊNCIO ALVES	PROF ENS FUND II E MÉDIO	COORD. PEDAGÓGICO
DAYANE BARROS DA SILVA	AUXILIAR TÉCNICO DE EDUCAÇÃO	AUX TEC EDUCAÇÃO

b) Recursos Materiais

<ul style="list-style-type: none"> - 1 câmera convencional - 2 Amplificadoras - 2 câmeras digitais - Aparelhos de som - Armários de duas portas em madeira - Armários embutidos - Bambolês - Bolas - Brinquedos de parque - Brinquedos para parque - Brinquedos variados - Materiais - papelaria - Fantasias - Jogos Pedagógicos - Lápis, giz de cera e outros - Livros e CDs infantis diversos - Livros para pesquisa - Lixeiras com tampas - Móvel em madeira - Papéis variados - Piscina de bolinha grande - Projetores em todas as salas de aula, informática e Sala de Leitura. - Quadros brancos 	<ul style="list-style-type: none"> Revista; jornais - Suporte para papel higiênico - Suporte para toalha de mãos e banho - Suporte para toalhas de papel - Tela de Projeção todas as salas de aula, informática e Sala de Leitura - Tinta; cola; tesoura, pincéis - TV 29 polegadas em todas as salas de aula - Vídeo Cassete e DVD em todas as salas -1 filmadora -3 Lousas Digitais -Computadores em todas as salas de aula, sala de Leitura, sala dos Professores, Secretaria, Coordenação, Direção, Assistente de Direção, Informática, Laboratório de Ciências -Flip Chart -Mapas diversos: História, Geografia e Ciências -Materiais pedagógicos diversos -Doc station (caixas de som)
---	---

- Relógio de parede em todas as salas - Ar condicionado nas salas de aula, Secretaria, Coordenação, Sala dos professores, Sala de Leitura e Informática Educativa.	- Mesa Alfabeto
---	-----------------

c) Recursos Financeiros

PTRF- R\$ 65.000,00 ao ano
PDDE- R\$ 12.000,00 ao ano
ADIANTAMENTO BANCARIO- 12.000,00 ao ano

DIAGNÓSTICO

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

- Realidade na qual a unidade está inserida

Os alunos desta Unidade moram nas imediações ou em bairros próximos. Como outros distritos da periferia, a região de Capão Redondo não conta com equipamentos públicos de cultura e lazer e possui uma forte concentração populacional de crianças e jovens. Há apenas um Distrito Policial e um Hospital, para uma população estimada em 243.000 moradores em 2001, e nenhum Fórum de Justiça. Não possui Biblioteca nem Casa de Cultura, estando desassistido quanto a espaços que estimulem a leitura, a criatividade e a busca de informação. A população de estudantes percorre grandes distâncias para realizar suas pesquisas e trabalhos escolares. Os serviços de transporte coletivo, além de outros indicadores sociais não atendem satisfatoriamente toda a demanda local. Os índices de violência são dos mais altos da cidade, mas têm decrescido nos últimos anos em grande medida como consequência de projetos sociais onde os jovens encontram a possibilidade de viver uma vida digna. (dados de 2010 da SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – <http://www.seade.gov.br>)

A região é guarnecida por escolas, que situam-se a menos de 1 KM uma das outras, sendo que os nossos vizinhos mais próximos são:

- _ EMEF DONATO SUSUMU KIMURA
- _ EMEF MARIO RANGEL
- _ EMEI ANISIO TEIXEIRA
- _ CEU CAPÃO REDONDO
- _ E.E. PROFª DAVINA AGUIAR DIAS
- _ EMEF MARLI FERRAZ TORRES BONFIM

- Levantamento de dificuldades e necessidades

Observarmos que os alunos terminam o ensino fundamental, em sua maioria, sem compreender em que de fato este período escolar poderá auxiliá-lo em sua vida prática - na sua inserção no mercado de trabalho, na resolução de problemas do cotidiano, na maneira como devemos nos relacionar com as pessoas (respeito, tolerância, empatia...) logo, sentimos a necessidade de direcionar nosso trabalho para esse fim, mostrando-lhes a diversidade de oportunidades que terão através do conhecimento secular e das novas tecnologias e as dificuldades que enfrentam os que precocemente abandonam os estudos.

Entendemos que a leitura, a escrita e a oralidade precisam ter sentido. Fazer uso destes conhecimentos nas relações sociais contribui para o avanço das aprendizagens, pensando em um bom desempenho da pessoa enquanto cidadã que acessa a cultura letrada em todos os campos da sociedade. É importante, também, realizar um trabalho que sensibilize os alunos, pois a sociedade se encontra com escassez de empatia, afetividade, tão importantes para as relações humanas. A Arte, a Ciência, a História e a Geografia, neste contexto, será um meio de desenvolver uma Educação Integral, ampliando o olhar sobre as diversas áreas de conhecimento.

A melhoria nos resultados de aprendizagem e desenvolvimento, em leitura, escrita, matemática e Ciências dentro de um contexto de resolução de problemas, indicados nas avaliações internas e externas (Prova Brasil) nos direcionam para um olhar mais focado e reflexivo nos espaços de formação para sanar as dificuldades apresentadas.

Dificuldades com relação ao convívio escolar trazendo implicações tanto para o processo ensino-aprendizagem, como para a gestão, também nos levaram à reflexão na elaboração deste projeto.

OBJETIVOS E METAS

-Transformar todo espaço de convívio na Escola em ambiente de trabalho colaborativo e solidário para garantir as aprendizagens fundamentais dos Direitos de Aprendizagem dos alunos;

- Garantir a alfabetização na idade certa (até os 7 anos) para todos os alunos matriculados na U.E.

- Formar um cidadão com domínio do cálculo, da leitura e da escrita;

- Colaborar na formação de cidadãos capacitados para o mercado de trabalho e mostrar aos mesmos que eles têm diversas possibilidades de crescimento social e que devem aproveitar todas as oportunidades oferecidas por entidades públicas ou privadas (cursos, bolsas, etc) e assim sustentar a si próprio e sua família com dignidade;

- Incentivar a participação das famílias, seja no acompanhamento de vida escolar, nos colegiados APM e Conselho de Escola e programações diversas, como festas e mostra cultural.

- Formar um cidadão capaz de cumprir regras, pagador dos seus impostos, cumpridor dos seus deveres e consciente para que também, depois de cumpridos os deveres, possa exigir seus direitos;

- Formar um cidadão sensível e que tenha consciência e respeito pelos direitos de seus semelhantes;
- Formar um cidadão com consciência para lutar por melhorias na sua qualidade de vida e na qualidade de vida de seus semelhantes;
- Formar um cidadão que exerça seus direitos, sem jamais prejudicar o exercício dos mesmos direitos por seus semelhantes, bem como sem causar qualquer malefício ou prejuízo a seus semelhantes.
- Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos estudantes.

Princípios

Acreditamos que tudo é alcançado através de luta e esforço pessoal e coletivo. Desta forma, estudar é antes de tudo um caminho que percorremos para o alcance de um sucesso futuro ou qualidade de vida melhor;

Entendemos que é necessário incentivar e apoiar valores morais, como amor ao próximo, perdão, tolerância, paciência, etc. para que a convivência com as diferenças ocorra de fato e de forma respeitosa. Logo, não cabe na comunidade escolar, menosprezar ou diminuir ateus, seguidores de outras religiões ou minorias raciais e o respeito à opção/orientação sexual de cada um é legítimo, sempre resguardando o caráter laico do Estado;

Compartilhamos também com alguns dos princípios da Constituição:

-Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, desde que não impeça igual exercício deste direito pelos demais alunos (ver artigo 206 da Constituição);

-Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206 da Constituição);

-Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Inciso III, Art 206, Constituição), desta forma discordamos de qualquer crença pedagógica que se apresente como certa e verdadeira em relação a outros pontos de vista;

-Gestão Democrática do ensino público, na forma da lei(inciso VI, Art 206, Constituição), desta forma lutamos pela autonomia das escolas, onde pais e alunos possam realmente participar do processo decisório e que suas decisões façam diferença no dia a dia das escolas, valorizando-se a opinião da sociedade e não somente a de pensadores e técnicos;

-Garantia de padrão de qualidade (inciso VII, Artigo 206, Constituição), desta forma não queremos formar analfabetos funcionais e sim pessoas capazes de se inserir na sociedade e no mercado de trabalho com sucesso;

-A educação também é dever da família visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (conforme Artigo 205 de nossa Constituição);

Aceitamos a Ciência e o seu caráter experimental, discordando de qualquer forma de pseudociência, principalmente filósofos sofistas na área de educação;

A pontualidade e o esforço de cada um são fundamentais para honrar seus deveres, promessas e compromissos.

Por fim, discordamos e combatemos: a preguiça, a desonestidade, a indisciplina, a violência, a falta de responsabilidade de alguns pais em relação a seus filhos, a falta de respeito para com nossos semelhantes, qualquer tipo de preconceito social, de sexo, de raça e outros, inclusive os preconceitos relativos às Concepções Pedagógicas chamadas de “Conservadoras”;

Rejeitamos qualquer viés político partidário no sistema educacional, pois a educação deve estar alinhada com as necessidades do povo e com os valores de nossa Constituição, jamais servindo a interesses políticos;

Repudiamos o descaso com as instituições públicas, falta de recursos financeiros para serem investidos diretamente pelas escolas, pois as Associações de Pais e Mestres devem e podem ajudar na garantia de uma verdadeira qualidade de ensino.

-REFLEXÕES

1- Sobre a igualdade:

Quando falamos em igualdade entendemos como o ato de oferecer as mesmas condições a todos, ou seja, dar a todos as mesmas oportunidades. Nos países escandinavos é comum filhos de empresários e políticos estudarem ao lado dos filhos de lixeiros e faxineiros. Mas igualdade de oportunidade não quer dizer que no final do processo todos chegarão ao mesmo lugar, afinal existem capacidades eminentemente pessoais como capacidade de memorização, inteligência, rol de amizades, influências familiares, o mero fator sorte e tantos outros fatores que, apesar de todos terem as mesmas oportunidades iniciais, cada um terá um destino diferente, onde alguns assumirão posições mais complexas na sociedade e de maior remuneração, enquanto outros assumirão funções menos complexas e de baixa remuneração. No Brasil basta observar o que diz nossa Constituição Federal em seu artigo 208: *“O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”*

2- Memorização

Memorização é a capacidade da mente em memorizar informações, ou seja, reter as informações por um longo período de tempo. É uma característica de suma importância, pois é usada para aprender línguas, ou seja, memorizamos a correspondência entre palavras de diferentes idiomas, bem como memorizamos como se escrevem as palavras em nosso próprio idioma. Ninguém quando lê um texto fica com um dicionário na mão buscando o significado de cada palavra, pois já está em nossa memória, exceto de algumas palavras de uso mais raro onde buscamos o auxílio dos dicionários. Nas séries iniciais aprendemos de modo concreto como funciona a multiplicação, mas depois de algum tempo, em virtude da necessidade de se agilizar os cálculos simplesmente decoramos as tabuadas, onde para decorar usamos desde a leitura repetitiva das tabuadas até escrever dezenas de vezes

as tabuadas em folhas de caderno até finalmente decorar todas elas. Usamos a memória para decorar a localização dos países no mundo, quais são as capitais dos países, quais são as capitais dos estados e muitas outras informações que devemos decorar para que possamos ter uma vida normal em sociedade, podendo acessar informações básicas de nossas memórias, como entender o que estaria contando um amigo sobre suas férias em Fortaleza, afinal seria estranho se ele não imaginasse onde fica Fortaleza e nem soubesse que é capital do Ceará.

3- Inteligência

Binet: "Inteligência é julgar bem, compreender bem, raciocinar bem"

Teaman: "A capacidade de conceituar e de compreender o seu significado"

Helm "A atividade inteligente consiste na compreensão do essencial de uma situação e numa resposta reflexa apropriada"

Piaget: "Adaptação ao ambiente físico e social"

Inteligência é capacidade de processamento do cérebro humano, ou seja, rapidez para resolver cálculos, exercícios de lógica, tomar decisões, fazer reflexões e outras atividades que demandam raciocínio. Muito comum ouvirmos histórias de agricultores no campo ou de parentes que nunca estudaram ou concluíram somente os anos iniciais de estudo, mas que demonstram ter imensa sabedoria, ou seja, são pessoas inteligentes que, apesar do pouco conhecimento memorizado, sabem usar muito bem esse pouco de informação memorizada, muitas vezes sendo capazes de tomar decisões mais assertivas que pessoas que estudaram durante vários anos e tem mais conhecimento memorizado. A inteligência é algo muito pessoal, de cada um, independe da quantidade de anos de estudo ou dos conhecimentos que ela tem memorizado, inclusive alguns cientistas já dividem a inteligência humana em várias partes, sendo que na década de 90 foi sucesso a quantidade de livros que tratava de múltiplas inteligências.

4- O que definimos como uma pessoa culta?

Aqui não estamos falando de definições livrescas ou de grandes estudiosos, estamos dando uma definição local para o termo cultura. Definimos como culta àquela pessoa que dispõem de um bom conhecimento memorizado e de uma inteligência capaz de usar este conhecimento. Só ter conhecimento memorizado ajuda muito pouco, afinal temos que saber o que fazer com as informações que temos. Ser uma pessoa inteligente sem conhecimento pode até bastar para atividades mais simples, mas é totalmente insuficiente para alguém que deseja entrar no mercado de trabalho buscando posições mais privilegiadas. Somos uma escola de periferia, atendemos alunos pobres, mas nem por isso devemos oferecer uma educação pobre. Historicamente, prestando atenção nas festas de ex-alunos, notamos que muitos ex-alunos são fisioterapeutas, engenheiros, publicitários, enfermeiros e outras profissões mais complexas, ou seja, não é porque são alunos de periferia que lhe estão reservadas as profissões mais simples, desta forma é nossa obrigação tentar, a medida do possível, formar um aluno culto, ou seja, que tenha um bom conhecimento memorizado e que tenha desenvolvido uma inteligência capaz de usar este conhecimento. Definimos anteriormente que inteligência é uma capacidade pessoal de cada um, certamente transmitida geneticamente, mas onde o meio, fenótipo, também tem grande influência,

desta forma mesmo um indivíduo geneticamente predisposto a uma baixa inteligência, caso seja estimulado, cremos que ao final do processo educacional terá uma inteligência mediana capaz de lhe garantir uma vida plena em sociedade (*Fabio Rodrigo Bottas, diretor da U.E.*).

5- Qualidade da Educação

Percebemos via observação de nossa comunidade escolar, relatos pela internet e imprensa que existe no país toda uma dificuldade da população em valorizar a educação. Ainda existem famílias que enviam seus filhos para a escola em função da alimentação das crianças, Bolsa Família e ainda recebimento de Leite, como no caso da Cidade de São Paulo. Muitos pais acham aceitável e não se incomodam que os filhos vão avançando para os anos seguintes sem o aprendizado adequado, muitos terminando o Ensino Fundamental e Médio na condição de analfabetos funcionais, sem domínio algum dos procedimentos de leitura e escrita. Conversar com esses pais e mostrar a importância da educação são uma tarefa incessante, onde sempre tentamos métodos como diálogos, filmes e em alguns casos até visitas domiciliares, bem como buscar ajuda dos Conselhos Tutelares e Rede de Assistência Social.

Em relação ao convívio escolar, a violência interna, produzida pelos próprios alunos, também é um problema sério. Muitos alunos em seu seio familiar e em sua comunidade são acostumados a resolver seus problemas via ofensas verbais e agressões físicas, o que acaba se refletindo no comportamento escolar. Em nossa escola, desde 2005, não existe caso de agressão física de alunos contra professores e os casos de agressão verbal são raríssimos, mas entre os próprios alunos ambas ocorrem frequentemente. A escola para combater o problema além da conversa com os alunos, encaminhamento para outros órgãos e conversa com os pais, faz cumprir o regimento escolar, onde os alunos são advertidos e suspensos, pois entendemos que a simples conversa e conscientização não é suficiente, havendo a clara necessidade da escola em mostrar este descontentamento com as atitudes de violência de uma maneira mais institucional, via aplicação de regras disciplinares do Regimento Educacional. A punição além de afastar momentaneamente os envolvidos na agressão, impedindo o agravamento da situação, visa demonstrar a posição da instituição em não compactuar com a violência, bem como mostrar aos alunos que na escola e em sociedade os mesmos estão sujeitos a regras e punições.

Em relação aos educadores existe grande Stress, devido às situações já citadas cima, além das outras demandas que os mesmos tem como, carga horária semanal intensa devido aos acúmulos, já que os salários são baixos.

Nas faculdades de pedagogia e outras licenciaturas existe um descompasso entre aquilo que é ensinado e a realidade em sala de aula, sendo que os professores são formados com graves deficiências relativas ao conteúdo que devem ensinar.

Apesar das questões acima relatadas nossa unidade felizmente tem a maioria de seus quadros formada por professores que dominam o conteúdo a ser ensinado, bem como dão aulas de boa qualidade. Ainda temos a felicidade de ter um quadro estável de professores comprometidos com este Projeto Político Pedagógico.

Podemos resumir o que julgamos uma educação de qualidade o seguinte: *“Educação de qualidade é aquela que forma cidadãos leitores, escritores e com habilidades de cálculo suficientes para avançar em seus estudos, melhorar sua vida, melhorar sua saúde, melhorar as condições da vida da sua família e comunidade, bem como principalmente obter uma posição no mercado de trabalho suficiente para seu sustendo e de sua família”.*

A EMEF Dr. João Pedro de Carvalho Neto é uma escola organizada institucionalmente, onde os órgãos internos funcionam, inclusive de representatividade de pais e alunos, desta forma qualquer anseio da comunidade escolar pode ser analisado deliberado democraticamente, jamais se aceitando qualquer ato de afronta.

Fabio Rodrigo Bottas, diretor da U.E

PLANO DE AÇÃO

PROPOSTA PEDAGÓGICA

Os pressupostos predominantes que consideramos norteadores da ação educativa a ser desenvolvida nesta Unidade Escolar referem-se: aos direitos constitucionais, aos fins e objetivos dispostos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), e às deliberações dos Conselhos de Educação, ao Estatuto da Criança e do Adolescente e às diretrizes fixadas por SME.

A educação é dever da família e do Estado, sendo inspirada nos princípios de Liberdade e nos ideais da Solidariedade Humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, baseado nos seguintes princípios:

- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- Ações voltadas para o protagonismo dos estudantes.
- Respeito à Liberdade e apreço à tolerância.
- Valorização e preservação do meio ambiente.
- Otimização da organização escolar e da comunicação entre os diversos setores da escola, objetivando potencializar os projetos pedagógicos.
- Planos de Ensino das diversas áreas do conhecimento alinhados com o Projeto Pedagógico e o Currículo da Cidade;
- Valorização do indivíduo e estímulo à prática do diálogo para resolução das diversas situações de conflito;
- Agrupamentos dos educandos nas turmas procurando respeitar suas potencialidades e dificuldades. Assim são organizados de acordo com seu desenvolvimento acadêmico;
- Trabalho com Projetos que compõem o PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO (com seus planos anexados ao final do documento):

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (APOIO AO TCA)
TIC - JORNAL ESCOLA MAIS EDUCAÇÃO
XADREZ
HANDEBOL

TEATRO
GRÊMIO
RECUPERAÇÃO PARALELA - MATEMÁTICA
RECUPERAÇÃO PARALELA - PORTUGUÊS
ROBÓTICA

- Aumento da participação dos pais nos colegiados APM e Conselho de Escola;

- **Aulas Passeio:** Teatro, Museu de Arte de São Paulo, Museu do Futebol, Museu Afro, Sesc Santo Amaro, Sesc Interlagos, Parques, etc, considerando que:

Aula passeio ou Excursão consiste na oportunidade que o aluno tem em sair do ambiente da sala de aula, tendo a possibilidade de conhecer novos lugares e diferentes situações de estudos e aprendizagens, relacionadas a conteúdos curriculares ou não, usando todos os sentidos para buscar o desenvolvimento cultural, social, pessoal e intelectual do aluno. As excursões são basicamente de três tipos:

- 1- Promovidas pela APM da unidade, com recursos dos próprios alunos;
- 2- Promovidas pela Prefeitura Municipal de São Paulo, via DRE, através de locação de ônibus pelas Diretorias Regionais de Educação, visando a visita a museus, teatros, exposições, feiras de livros, etc... Nestes casos não é cobrado qualquer valor dos alunos, exceto se houver necessidade da compra de ingressos nos locais visitados;
- 3- Promovidas pela APM, via recursos do Programa de Transferência de Recursos Financeiros da Secretaria Municipal de Educação para as Escolas – chamado de PTRF, neste caso são custeadas na sua totalidade ou parcialidade com recursos do PTRF. Sendo custeadas parcialmente, os alunos devem contribuir com o restante do valor.

Em relação aos alunos que não possam pagar os valores necessários para participar das excursões, a unidade distribui gratuidades baseadas no desempenho destes alunos, participação em atividades esportivas, participação em gincanas, compromisso de melhoria de desempenho e outras formas mais de estímulo. O aluno deve entender que ele não tem direito a gratuidade apenas por sua situação financeira, mas deve de alguma forma, via participação nas atividades escolares ou desempenho, merecer esta gratuidade.

-**Projeto Especial de Ação (PEA)** com foco na formação do professor, com especial atenção às questões relacionadas às práticas pedagógicas no contexto da Educação Integral em Tempo Integral (**que segue em anexo**);

- Projetos no Laboratório de Ciências;

- Participação dos alunos na Olimpíada Brasileira de Matemática e Língua Portuguesa;

- **Experiências Pedagógicas – Territórios do Saber** (Educação Integral), visando à ampliação de saberes por meio de atividades diferenciadas e que contribuam para o desenvolvimento integral dos estudantes, de forma a favorecer um ensino e aprendizado integrados com as habilidades de educadores e estudantes.

As experiências que serão oportunizadas em 2019 são: YOGA, JOGOS-XADREZ, HORTA, APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS – GEOGRAFIA E INGLÊS;

- **Docência Compartilhada** - Teatro, produção textual, acompanhamento das aprendizagens;

- **Formação de pais**, objetivando orientação quanto às questões afetivas e de responsabilidade na relação entre pais e filhos. “**PROJETO DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E PSICOLÓGICA PARA PAIS**” (Profª Isaura)

- **Projetos de Leitura:**

- Cantinhos de Leitura nos espaços da escola;
- Sarau com a participação dos três ciclos e sob a orientação do POSL e apoio dos professores;
- Sacolinha itinerante;

- **Projetos Interdisciplinares**

- **Contextos de leitura – 5ºB** (Os estudantes participam de rodas de leitura com as crianças dos 1º anos A e B e do 2º ano A. É uma atividade de mediação, pois os mais experientes organizam, juntamente com a professora Lenita, os momentos para a realização das leituras - (Anexo);
- **Sala de leitura e Informática Educativa:** Após a leitura de um livro, os estudantes são organizados por grupos para participarem de um jogo, cujas orientações serão descobertas após a leitura de QR Code. As informações foram construídas a partir do conteúdo do livro escolhido; É realizado o pátio, com a supervisão dos professores responsáveis: Luciano (POIE), Eliane (POSL);

- **Projeto coletivo**

- **Reciclagem na escola:** formam colocados latões para depositar diferentes materiais (papel, plástico, metal, orgânico) no pátio para separação do lixo produzido na/pela escola.
- **Caixas da reciclagem:** cada turma confeccionou sua caixa para o recolhimento dos materiais recicláveis produzidos na escola. No pátio haverá três caixas para recolhimento de papéis, metal e plástico com o objetivo de diminuir a quantidade de lixo no chão e a tomada de decisão sobre o descarte de materiais que podem ser reaproveitados.

- **Divulgação das ações pedagógicas** no site a fim de dar visibilidade as práticas bem sucedidas e que promovem a aprendizagem integral das crianças.

-Trabalho Colaborativo de Autoria (**TCA**), no Ciclo Autoral, como evidenciaremos a seguir:

Em nossa unidade os TCAs podem ser desenvolvidos em grupos ou individualmente pelos alunos. No caso dos projetos individuais a parte colaborativa estará na relação com os professores orientadores do projeto, demais professores, pesquisa ao banco de dados de TCAs, bem como na ajuda de outros alunos, mesmo que tais alunos não façam formalmente parte do projeto. No caso dos TCAs desenvolvidos em grupo é necessária a entrega de um plano de trabalho para o professor orientador, onde as atividades de cada um dos membros do grupo estarão descritas. Devemos salientar que na arguição cada membro do grupo será questionado pelo professor orientador e demais membros da banca avaliadora.

Os itens a serem avaliados para atribuição de notas aos membros do grupo estão divididos em: coerência gramatical, desenvolvimento do texto e

suas problemáticas, formatação do texto e normas da ABNT, para nota do grupo e para nota individual os seguintes itens: desenvoltura na apresentação, habilidade em expressar os conceitos contidos no texto, criatividade na elaboração dos recursos e desenvoltura na defesa dos conceitos durante arguição do trabalho.

O aluno para ser aprovado no nono ano do Ensino Fundamental tem que concluir o seu TCA. As notas 0, 1, 2 ou 3 indicam que o aluno não apresentou qualquer tipo de trabalho (nota zero) ou que apresentou de forma incompleta (notas 1, 2 ou 3), ou seja, notas de zero a quatro implicam na reprovação do aluno, pois não concretizou o trabalho. A nota 4 indica que o aluno fez o trabalho, mas de forma sofrível, ou seja, apenas preencheu os requisitos mínimos, mas neste caso o aluno é considerado promovido.

Entendemos que condicionar para a promoção do aluno a concretização do TCA não é uma exigência grande, pois o aluno do nono ano do Ensino Fundamental deve ser capaz de compreender as necessidades básicas da sua comunidade e elaborar uma sugestão para resolver ou atenuar estas necessidades.

O TCA busca justamente fazer com que o aluno seja protagonista da solução dos problemas da comunidade, e não que fique esperando sempre pelo governo ou por outros atores, pois todos têm responsabilidade sobre nossa qualidade de vida. Importante saber também o que é obrigação dos governos, da sociedade e do indivíduo, afinal grandes problemas nas regiões periféricas como saúde, educação e meio ambiente passam pela colaboração de todos na sua solução ou amenização, pois existe uma responsabilidade compartilhada entre as estruturas estatais e o próprio indivíduo.

Formação das Turmas

Em nossa unidade escolar, a partir do segundo ano do Ensino Fundamental, as turmas de alunos não são formadas aleatoriamente, pois se leva em conta o desempenho dos alunos, buscando a medida do possível unir alunos com desempenho semelhante. Desde 2005 dividimos os alunos em salas, de acordo com o seu desempenho, e os dados comparativos com a situação anterior, bem como a experiência dos professores em outras escolas, demonstram que o procedimento é eficaz, pois é mais fácil trabalhar com alunos com desempenho semelhante, resultando em melhor aprendizado. Em 2017, consideramos que é de suma importância analisar de maneira criteriosa a questão da formação de sala que leve em consideração, a questão indisciplinar relacionado às questões de aprendizagem. Estarmos discutindo as possibilidades de realizar um trabalho, que de fato, contribua para a qualidade das aprendizagens neste contexto de formação (desempenho).

AÇÕES DE APOIO PEDAGÓGICO

- Atendimento aos alunos dos três ciclos (Alfabetização, Interdisciplinar e Autoral) com dificuldades de aprendizagem pelos professores em CJ

(recuperação contínua) e pelos projetos no contra turno - já citados anteriormente, em especial o **Projeto de Apoio complementar-Recuperação**;

- Orientação aos professores sobre as ações necessárias para melhorar a aprendizagem dos estudantes que apresentaram maior dificuldade durante o período de diagnóstico das aprendizagens;

- Encontros formativos com os professores que não fazem JEIF e que estão no contexto da Educação Integral;

- A coordenação organiza encontros com os professores de cada área para apresentarem propostas de trabalho, que auxiliem os professores que atuam no ciclo de alfabetização e interdisciplinar (1º ao 5º ano). Os encontros, tem como objetivos: conhecer as demandas referente ao ensino de Geografia, História e Ciências; atuar de modo que haja uma continuidade de trabalho, um currículo coerente e que vá se construindo uma sequência em espiral, aumentando o grau de dificuldade conforme as experiências forem sendo realizadas em cada ano. Foi proposto em uma reunião, que os professores de História façam uma oficina com as crianças do 1º ao 5º ano;

Frequência e Compensação de Ausência

A frequência às aulas é condição básica para o processo de construção do conhecimento que é favorecido pelas trocas de experiências e situações existentes no trabalho com o grupo-classe coordenado pelo professor.

Dessa forma, realizamos um trabalho de conscientização de pais e alunos quanto à importância da frequência às aulas. Após o levantamento de faltas, o professor encaminhará os casos que ultrapassarem o limite para os Coordenadores Pedagógicos que convocarão os pais para que tomem ciência das faltas do filho e, deem ciência das implicações legais ao descumprimento do total mínimo de frequência exigido para aprovação do aluno.

Realizadas as convocações e estando os pais cientes das faltas de seus filhos, se os mesmos continuarem faltando sem justificativa, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar.

O aluno só poderá compensar ausência mediante justificativa médica, comprovada através de atestado que é anexado ao prontuário do aluno.

Classificação e Reclassificação

De acordo com a LDB, no inciso II, do art. 24 e da Indicação CME nº 4/97, a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental pode ser feita:

a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola;

b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas;

c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do aluno e permita sua inscrição na série ou etapa adequada.

O aluno, candidato à matrícula proveniente de outros estabelecimentos inclusive do exterior, ou sem escolarização anterior, poderá apresentar uma das seguintes situações:

a) não possui nenhum documento comprobatório de escolaridade e requer matrícula em determinado período letivo;

b) apresenta documento de escolaridade e requer matrícula em período diverso do indicado no documento;

c) apresenta documento de escolaridade e requer a matrícula no período letivo indicado no documento.

No caso dos itens a e b, a escola deverá classificar ou reclassificar o aluno, adotando os seguintes procedimentos:

a) requerimento de matrícula pelo pai/responsável dirigido ao Diretor da UE explicitando o motivo do pedido da classificação ou reclassificação;

b) O Diretor nomeará comissão composta por três membros (docentes e especialistas);

c) A comissão avalia a condição do aluno e emite parecer sobre período adequado para a matrícula;

d) O diretor da UE aprova o parecer apresentado pela comissão

e) Lavrar Termo de Classificação ou reclassificação no livro de regularização de Vida escolar com assinatura do diretor e secretário

f) Arquivar o expediente no prontuário do aluno

g) Efetivar a matrícula no ano/termo do ciclo apontado pela comissão

OBS: Classificação: o aluno não possui nenhum documento comprobatório de escolaridade

Reclassificação: o aluno apresenta documento de escolaridade de outro ou do mesmo estabelecimento de Ensino.

INCLUSÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º inciso IV, vem "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Garante ainda, em seu capítulo III, artigo 205, a Educação como "direito de todos e dever do Estado" portanto, todos têm direito a Educação gratuita e de qualidade assegurada pelo inciso IV e VII do artigo 206.

Se a educação e o processo de aprendizagem se efetuam tendo como fundamento as diferenças individuais, o agrupamento das crianças tidas como normais e o afastamento daquelas que não aprendem da mesma forma acaba por privá-las de sua formação enquanto cidadãos capazes de viver em sociedade. Daí o fato de nossa escola contemplar em seu Projeto Político Pedagógico, um currículo e avaliação do processo ensino aprendizagem, que de fato promovam o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais implementando práticas inclusivas no sistema escolar, objetivando estabelecer uma relação de harmonia entre essas necessidades e a programação curricular.

As adaptações curriculares são medidas pedagógicas adotadas em diversos âmbitos: no nível do projeto pedagógico da escola, da sala de aula, das atividades e somente quando necessário aplicam-se ao aluno individualmente (Parâmetros Curriculares Nacionais, adaptações curriculares, 1998). Portanto, as adaptações curriculares estão focalizadas na "interação entre as necessidades do educando e as respostas educacionais a serem propiciadas" (idem). Neste sentido, essas adaptações precisam ser avaliadas periodicamente, com quanto elas servem para cumprir etapas do processo ensino aprendizagem não servindo, portanto, para sempre, uma vez que a necessidade surgida hoje pode não ser a de amanhã.

Fonte: PORTAL EDUCAÇÃO:

<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/28494/projeto-politico-pedagogico-na-perspectiva-da-inclusao#!3#ixzz3W3o083gU>

CONVÍVIO ESCOLAR

O exercício da cidadania começa no ambiente escolar e este exercício se dá pela consciência de direitos e deveres, individuais e coletivos e pela progressiva autonomia e autodisciplina. O objetivo das normas de convívio é o desenvolvimento de valores: responsabilidade, respeito, senso crítico (frente às suas atitudes e às do outro), solidariedade, senso de coletividade, autonomia e ética. Para tanto, o papel da família é fundamental, bem como de professores e servidores.

As orientações e normas a respeito do convívio escolar estão contidas no Regimento Escolar da Unidade, capítulo VII, artigos 79 a 82.

A Unidade tem uma Comissão de Mediação de Conflitos de acordo com a Portaria 2.974 de 12 de abril de 2016 com os seguintes pressupostos e atribuições:

Art. 4º- Para o fortalecimento do diálogo e da aprendizagem, a atuação da CMC terá como pressupostos:

- I – a autonomia;
- II – a responsabilidade;
- III – a solidariedade.

Art. 7º – A Comissão de Mediação de Conflitos – CMC terá as seguintes atribuições:

- I – mediar conflitos ocorridos no interior da Unidade Educacional que envolvam educandos(as) e Profissionais da Educação;
- II – orientar a comunidade escolar por meio da mediação independente e imparcial, sugerindo medidas para a resolução dos conflitos;
- III – identificar as causas das diferentes formas de violência no âmbito escolar;
- IV – identificar as áreas que apresentem risco de violência nas Unidades Educacionais;
- V – apresentar soluções e encaminhamentos à Equipe Gestora da Unidade Educacional para equacionamento dos problemas enfrentados.

AValiação DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem terá como objetivo subsidiar o trabalho pedagógico, redirecionando o processo ensino-aprendizagem para sanar dificuldades encontradas na construção do conhecimento.

Assim sendo, deverá ser realizada como um diagnóstico contínuo e dinâmico tornando-se instrumento para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino para que o aluno aprenda e vença as suas dificuldades. Deve ser entendida como o processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, limites e dificuldades dos alunos para atingir os objetivos propostos nas diferentes áreas do conhecimento.

Os alunos serão avaliados continuamente através de instrumentos diversificados, o que exigirá do educador reflexão permanente sobre a

realidade de sua classe, acompanhamento de cada educando na sua trajetória de construção do conhecimento.

Essa reflexão supõe a observação e análise descritiva dos avanços e dificuldades dos alunos, bem como dos encaminhamentos e procedimentos necessários que possibilitem a superação das dificuldades. O registro será realizado no SGP (Sistema de Gestão Pedagógica), para que os pais tomem ciência quando acessarem o boletim escolar.

Para fins de promoção/retenção os aspectos qualitativos prevalecerão sobre os aspectos quantitativos, levando-se em conta as diferenças individuais dos alunos, a observação de suas capacidades nas diferentes áreas do conhecimento sem privilegiar uma ou outra área e a possibilidade de continuidade dos estudos no ano seguinte.

O processo de avaliação da aprendizagem não pode constituir-se em instrumento de punição. Portanto, as questões de indisciplina, não devem ser motivo para retenção dos educandos.

Acompanhamento psicopedagógico, fonoaudiólogo, psicológico e outros especialistas são sugeridos à família sempre que se fizerem necessário, inclusive sendo feito pela coordenação pedagógica relatório de desempenho escolar do aluno, caso seja solicitado pelo especialista em questão.

Os portadores de necessidades especiais serão avaliados de acordo com suas possibilidades, de forma que lhes sejam permitidos demonstrar as suas potencialidades, os conhecimentos construídos.

Nos anos em que existe retenção (3º, 6º, 7º, 8º e 9º anos) a avaliação também é revestida de uma função decisória. Em linhas gerais um aluno é considerado retido quando se verifica que ele não terá condições de continuar seus estudos satisfatoriamente no ano seguinte. Não se trata aqui de saber se ele tem rendimento insatisfatório em uma, duas ou dez disciplinas, mas da capacidade deste aluno em seguir seus estudos no próximo ano, bem como saber se em caso de retenção a escola terá capacidade de propiciar a este aluno diferentes oportunidades de aprendizagem.

A decisão de reter ou não o aluno, em princípio não tem caráter punitivo, mas evidentemente devem-se ser levadas em consideração algumas atitudes dos alunos tais como:

- 1- Não comparecer as aulas de recuperação paralela, pois neste caso o aluno teria oportunidade de um acompanhamento com metodologia diferenciada para suprir ou diminuir suas dificuldades de aprendizagem.
- 2- Recusa em apresentar Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), pois este é extremamente eficaz ao propiciar para o aluno conhecimentos necessários à sua interação com outros professores, outros alunos e no desenvolvimento das habilidades de pesquisa e produção de texto.
- 3- Recusa em executar atividades de uma determinada disciplina, seja por imaturidade, falta de comprometimento ou coisa semelhante, pois tal atitude pode fazer apologia a comportamentos semelhantes por parte de outros alunos.

Em relação à atribuição de notas/conceitos bimestrais ou o Conceito/Nota final o professor observará os seguintes princípios:

- 1- Dentro de um mesmo bimestre, caso os conteúdos avaliados no início e no final do bimestre não tenham relação direta de complemento entre si, a nota/conceito bimestral será uma média entre as avaliações;
- 2- Dentro de um mesmo bimestre, caso os conteúdos avaliados no início e no final do bimestre tenham um complemento entre si, por exemplo, uma

avaliação de potenciação no início do bimestre e uma avaliação de radiciação no final do bimestre, o professor basicamente deve considerar como nota bimestral a nota da última avaliação, pois evidente que se o aluno fez avaliação de radiciação é porque ele aprendeu potenciação;

- 3- Em relação aos Conceitos/Notas finais caso os conteúdos do quarto bimestre exijam domínios de conteúdos dos bimestres anteriores a nota do quarto bimestre deverá ser a nota do Conceito/Nota Final. Caso os conteúdos do quarto bimestre não tenham obrigatoriamente como pré-requisitos conteúdos dos bimestres anteriores, o Conceito/Nota Final deve ser uma média dos quatro bimestres, mas não uma média aritmética e sim uma média qualitativa,
- 4- Em relação à Informática Educativa e Sala de Leitura, apesar de não avaliados bimestralmente, será no final do ano atribuído um Conceito/Nota final, que constará dos históricos escolares dos alunos, sendo esta avaliação resultado da participação e frequência dos alunos durante as aulas de Sala de Leitura e Informática Educativa. Eventuais notas/conceitos insatisfatórios não serão objeto de retenção dos alunos ou qualquer outra sanção, mas a unidade escolar entende que toda atividade feita pelos alunos deve ser avaliada. Informática Educativa e Sala de Leitura não são disciplinas e sim atividades de enriquecimento curricular, mas tem frequência obrigatória, o aluno não é livre para assistir ou não as aulas, desta forma o próprio aluno e seus responsáveis devem ter o conhecimento, através de uma nota ou conceito, que evidencie a frequência e participação do aluno nas atividades propostas, ou seja, não se trata de avaliar conteúdo.

Em síntese, a avaliação será contínua com uso de instrumentos diversificados e servirá para análise da aprendizagem e redirecionamento do processo de ensino.

PLANO CURRICULAR

Planos de Trabalho dos Professores

Todos os Planos de Trabalho dos Professores seguem as Orientações Curriculares (Currículo da Cidade) e os Direitos de aprendizagem conforme cópia anexa ao final.

Desde 2017, a equipe está dialogando sobre a importância de um trabalho sequenciado. Pensando na necessidade de continuidade para que o conhecimento se solidifique e produza novos conhecimentos, a equipe construiu uma sequência de trabalho relacionado à produção de textos, oferecendo assim, um repertório maior de gêneros textuais até o final do ciclo autoral.

O foco do trabalho será a realização das produções de autoria em cada ano dos ciclos de alfabetização, interdisciplinar e autoral.

PRODUÇÃO DE TEXTO - 2019		
TURMAS	GÊNEROS	
	1º Semestre	2º Semestre
1º ANO	LISTA	BILHETE
2ª ANO	RECEITA	FÁBULA
3º ANO	CONTOS POPULARES	NOTÍCIAS
4º ANO	CONTO DE ASSOMBRAÇÃO	RELATO PESSOAL
5º ANO	ARTIGO DE DIV. CIENTÍFICA	CONTOS POPULARES
6º ANO	HQ's	BIOGRAFIA
7º ANO	RELATO PESSOAL	NOTÍCIA/REPORTAGEM
8º ANO	RESUMO ACADÊMICO	CONTO/CRÔNICA
9º ANO	ARTIGO DE OPINIÃO	RESENHA

A equipe de professoras de Inglês organizaram os gêneros que serão trabalhados nesta área.

PRODUÇÃO DE TEXTO - 2019		
TURMAS	GÊNEROS	
	1º Semestre	2º Semestre
1º ANO	LISTA	MÚSICA
2ª ANO	RECEITA	FÁBULA
3º ANO	CONTOS TRADICIONAIS	NOTÍCIAS
4º ANO	CONTO DE ASSOMBRAÇÃO	RELATO PESSOAL
5º ANO	TEXTOS PUBLICITÁRIOS	RELATO PESSOAL
6º ANO	HQ's	BIOGRAFIA
7º ANO	RELATO PESSOAL	NOTÍCIA/REPORTAGEM
8º ANO	E-MAIL	ROTEIRO/ TEATRO
9º ANO	E-MAIL	ROTEIRO/ TEATRO

Atribuições e competências do Professor:

I- Participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, bem como das demais atividades do processo educacional, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais de SME/SP;

II- Planejar e ministrar aulas, registrando os objetivos, atividades e resultados do processo educacional, tendo em vista a efetiva aprendizagem de todos os alunos;

III- Desenvolver, articuladamente com a Equipe Escolar e demais profissionais, atividades pedagógicas compatíveis com os vários espaços de ensino e de aprendizagem existentes na Unidade Educacional, tais como: sala de aula, Laboratório de Informática Educativa, Sala de Leitura, ou naqueles identificados e localizados fora do espaço escolar;

IV- Articular as experiências dos educandos com o conhecimento organizado, valendo-se de princípios metodológicos, procedimentos didáticos e instrumentos, que possibilitem o pleno aproveitamento das atividades desenvolvidas;

V- Planejar, executar, acompanhar, avaliar e registrar as atividades dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva integradora e de trabalho coletivo;

VI- Planejar e executar atividades de recuperação, reforço e compensação de ausências, de forma a garantir oportunidades de aprendizagem dos educandos;

VII- Participar das reuniões de avaliação de aproveitamento escolar;

VIII- Discutir com os alunos e com os pais ou responsáveis as propostas de trabalho da Unidade Educacional, formas de acompanhamento da vida escolar e procedimentos adotados no processo de avaliação dos educandos;

IX- Identificar, em conjunto com o Coordenador Pedagógico, alunos que apresentem necessidades de atendimento diferenciado, comprometendo-se com as atividades de recuperação e reforço;

X- Adequar os procedimentos didáticos e pedagógicos que viabilizem a implementação da Educação Inclusiva;

XI- Manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;

XII- Participar das atividades de formação continuada, oferecidas para o seu aperfeiçoamento, bem como de cursos que possam contribuir para o seu crescimento e atualização profissional.

PLANOS DE TRABALHO

Plano de trabalho do Diretor de Escola:

Diretor: Fábio Rodrigo Bottas – R.F.677.818.1

- Ler, consultar, interpretar e aplicar as leis;
 - Gerenciar toda a estrutura funcional da Unidade Escolar;
 - Ter domínio dos conceitos pedagógicos;
 - Dar transparência na aplicação das verbas, sempre com participação do coletivo (APM, CE, Comunidade)
 - Ter coerência de atitudes em relação aos docentes, crianças, demais funcionários e pais de alunos;
 - Mediar os conflitos pertinentes à sua gestão;
 - Verificar o livro de ponto, livros de comunicados, atas, procedimentos administrativos internos, prontuários, registros no SGP, etc.
 - Ser o organizador, coordenador, líder, compromissado, articulador, construtor, estimulador e comunicador;
 - Ser o agente de ligação e integração entre a escola e a comunidade;
 - Compreender o “locus” sócio-político no qual está inserida a comunidade, para poder desempenhar suas atribuições, competências e funções;
- Ter sempre presente a importância das relações humanas, já que suas ações ocorrem diretamente numa organização essencial e humana, em que cruzam interesses, sonhos e ideais diferenciados, próprios da natureza humana;
- Ser o articulador do processo pedagógico, priorizando os aspectos filosóficos, educacionais e humanos, tendo em vista as ações democráticas da escola;

- Ter o olhar voltado para tudo que aconteça na UE e, em especial, com a criança;
- Buscar a coesão do grupo, destacando que a divergência de ideias é salutar, que nem sempre o consenso é conseguido, mas que devem prevalecer os interesses das crianças, definidos no Projeto Pedagógico da UE.

**Plano de trabalho do Assistente de Diretor
A.D.:Alvaro Isamu Shirashaki – R.F. 606.042.2**

- Responder pela administração e coordenação da escola, em horário acordado com o Diretor, colaborando no desempenho de suas atribuições específicas;
- Participar do processo de elaboração e execução do Plano Escolar juntamente com a equipe gestora e Conselho de escola;
- Dinamizar a administração da escola, em prol de uma melhor qualidade educacional;
- Buscar a integração da escola com a sociedade local, mantendo diálogo com todos os segmentos da comunidade escolar;
- Manter atualizada a vida funcional dos funcionários;
- Executar as tarefas administrativas que forem delegadas pelo Diretor.

Plano de Trabalho dos Coordenadores Pedagógicos:

Edicleide Urbano da Silva Lopes - R.F. 691.970.7
Luiz Galdêncio Alves - R.F. 805.515.7

Atribuições e competências do Coordenador Pedagógico:

I- Coordenar a elaboração, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico da Unidade Educacional, tendo em vista os desafios do cotidiano escolar, as modalidades e turnos em funcionamento, visando a melhoria da qualidade da educação, em consonância com as diretrizes educacionais do município;

II- Identificar, junto com a Equipe Escolar, casos de educandos que apresentem dificuldades escolares e necessitem de atendimento diferenciado, orientando decisões que proporcionem encaminhamentos adequados, especialmente no que se refere a recuperação e reforço;

III- Identificar, planejar, organizar e executar as propostas e ações voltadas ao processo de formação continuada dos docentes da Unidade Educacional;

IV- Atuar de forma integrada com os profissionais que compõem a Equipe Técnica da Unidade Educacional;

V- Organizar e garantir o trabalho coletivo docente;

VI- Acompanhar e avaliar junto com a equipe docente o processo contínuo de avaliação, nas diferentes atividades e componentes curriculares, bem como garantir os registros do processo pedagógico;

VII- Participar da elaboração de critérios de avaliação e acompanhamento das atividades pedagógicas desenvolvidas na Unidade Educacional, bem como na organização e remanejamento de educandos em turmas e grupos;

VIII- Analisar os dados obtidos referentes às dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem, garantindo a implementação de ações voltadas para sua superação;

IX- Organizar e sistematizar a comunicação de informações sobre o trabalho pedagógico junto aos responsáveis dos alunos;

X- Garantir a implementação e avaliação dos Programas e Projetos que assegurem a implementação da Educação Inclusiva;

XI- Acompanhar e divulgar na Unidade Educacional as recentes teorias e pesquisas pedagógicas;

XII- Possibilitar acesso e conhecimento de diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos disponíveis, garantindo a instrumentalização dos educadores quanto à organização e uso dos mesmos;

XIII- Promover a sistematização e divulgação dos projetos e/ou práticas inovadores desenvolvidos pela Unidade Educacional;

XIV- Participar na elaboração, articulação e implementação de ações integrando a Unidade Educacional à comunidade e às organizações sociais voltadas para as práticas educacionais.

Objetivos:

Promover a articulação das diversas áreas e disciplinas com os projetos que compõem o Programa Mais Educação São Paulo e demais projetos desenvolvidos pelos professores.

Dar subsídios às ações e práticas visando uma melhor articulação e execução das mesmas buscando assim atender satisfatoriamente professores, alunos e pais dos três ciclos;

Propiciar a convivência harmoniosa entre todos que aqui trabalham e estudam com cooperação, compreensão e aceitação das diferenças em seus aspectos físicos, estéticos, étnicos, de orientação sexual, sociais, culturais e religiosas, através das vivências propiciadas no cotidiano escolar e através dos projetos aqui desenvolvidos;

Estabelecer a responsabilidade de todas as áreas e disciplinas com o ler, escrever, no desenvolvimento das potencialidades dos estudantes;

Desenvolver um trabalho interdisciplinar através do enfoque nos estudos de cinco eixos, a saber: Ler, Escrever, Conviver, Preservar e Incluir, que estão presentes em todos os projetos e ações da escola.

Ações:

Acompanhar os grupos de JEIF sistematicamente;

Estabelecer parcerias entre as equipes para dar conta das demandas satisfatoriamente de professores, alunos e pais dos três ciclos;

Prever e garantir maior divulgação dos projetos na rede e fora, em parceria com a direção da escola e professores;

Organizar, levantar e debater com o grupo formas de fazer os registros (projetos da escola, rendimento do aluno) mais significativos e objetivos;

Organizar com os núcleos: administrativo, direção e docente:

a) Portfólios que contenham os registros do aluno durante todo o ciclo, com ficha de avaliação, encaminhamentos médicos dados e retornos dos especialistas, ocorrências, notas da Prova Brasil e outras

provas institucionais, Recuperação Paralela, relatórios e encaminhamentos para família.

Melhorar a comunicação com professores que não estão nos horários coletivos e de estudos (Complementação de Jornada e JBD), ciclos, direção e períodos, através da organização junto com a direção, administrativo e docentes, livro de comunicados interno, listas com transferências e matrículas de alunos e outras informações.

Mandar com antecedência os bilhetes e comunicados para pais, direção, secretaria e ATE's.

Plano de Trabalho do Auxiliar Técnico – Inspetoria

- Fazer a entrada e saída dos alunos diariamente;
- Zelar pela segurança física, e bem estar das crianças;
- Atuar na prevenção de acidentes, orientando os alunos durante o recreio;
- Auxiliar as professoras em sala de aula, ou externamente em eventos e passeios fora da escola;
- Proporcionar atividades diferenciadas e brincadeiras para as crianças durante o recreio dirigido
- Efetuar atividades correlatas a minha função, quando solicitado pela direção.

Plano de Trabalho do Auxiliar Técnico – Secretaria

- Atender o público em geral dando total esclarecimento de dúvidas;
- Receber e classificar documentos de natureza administrativa (vida funcional) e escolar;
- Matricular e atender à demanda dentro das condições e vagas de acordo com a Portaria de Matrícula em vigor, digitando no Sistema Eol;
- Arquivamento de qualquer documento administrativo e pedagógico; Digitação de documentos em geral de natureza administrativa e pedagógica, elaboração de planilhas para auxílio e agilização do serviço rotineiro;
- Zelar, dentro de suas atribuições, pelas dependências escolares e adjacências;

Plano de Trabalho dos PROFESSORES (Planejamento anual e planos de aula)

Conforme PORTARIA Nº 1.224, DE 10/02/2014 que INSTITUI O SISTEMA DE GESTÃO PEDAGÓGICA – SGP NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO.

CONSELHO DE ESCOLA

O Conselho de Escola (CE) é um órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, composto por membros de todos os seus segmentos (alunos, pais ou representantes de alunos, professores, servidores), com a finalidade de auxiliar a gestão democrática da Escola. A sua constituição, atribuições e

funcionamento ocorrem conforme o contido no Regimento Escolar da Unidade, Seção I artigos 35 a 45.

INSTITUIÇÕES AUXILIARES

1- Associação de Pais e Mestres – APM

A APM é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Atualmente, sua principal função é atuar, em conjunto com o Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros. A sua finalidade é o contido no Regimento Escolar da Unidade, Seção I das Instituições Auxiliares artigos 48 a 50. O seu funcionamento ocorre regido por estatuto próprio.

A APM necessita de contribuição voluntaria por parte de pais, funcionários e comunidade em geral.

2-GRÊMIO ESTUDANTIL

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação, tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade.

O Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

O Grêmio Estudantil da EMEF Dr João Pedro de Carvalho Neto, foi criado e aprovado pelo Conselho de Escola em 27/03/2014 e funciona sob a supervisão do Professor Luciano Rodrigues da Silva.

AVALIAÇÃO DO PPP

O Plano de Ação será redimensionado sempre que necessário, durante o ano letivo, tendo como base as discussões efetivadas nas Reuniões Pedagógicas, horários coletivos e reuniões de Conselho de Escola, conforme a necessidade.

A metodologia a ser utilizada consiste em avaliação oral e escrita. Ao final do ano letivo, será feita a avaliação do Projeto Político Pedagógico, e serão consideradas as reflexões a seguir:

- O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, conhecido como IDEB, é uma média geométrica entre o desempenho dos alunos na Prova Brasil e os índices de promoção dos alunos. Uma escola pode ter um IDEB alto apenas promovendo todos os seus alunos, mesmo que os alunos tenham graves deficiências de aprendizado, bem como uma escola pode ter um IDEB alto

aumentando as notas dos alunos na Prova Brasil, desde que o nível de retenção seja baixo.

Em relação à EMEF DR. JOÃO PEDRO DE CARVALHO NETO, nosso IDEB foi extremamente baixo em 2005 e 2007, muito alto em 2009 e 2011 e mediano em 2013. Em 2005 e 2007 os alunos tiveram desempenho ruim na prova Brasil, mas os índices de retenção foram baixos. Em 2009 e 2011 houve bons índices na Prova Brasil e a retenção também foi baixa, desta forma nossa unidade, em 2009, teve o segundo Maior IDEB da cidade de São Paulo, inclusive a unidade foi notícia na mídia jornalística. Em 2011 estivemos entre os 50 maiores IDEBs da cidade de São Paulo. A partir de 2012 resolvemos ser mais criteriosos com as promoções dos alunos, desta forma houve grande aumento do índice de retenção logo, mesmo com bons resultados na Prova Brasil, o IDEB da unidade foi baixo.

A partir do ano de 2012 tomamos a decisão de não buscar mais o aumento do IDEB, e nosso objetivo passa a ser em relação a melhorar a aprendizagem e como consequência, o desempenho na Prova Brasil. Desejamos ser valorizados pela real aprendizagem dos alunos e não por um índice que leva em conta a quantidade de retenções, pois existem outros fatores sociais, culturais e até econômicos que são alheios ao efetivo controle da escola. O único fator que temos real controle, mesmo que relativo, é buscar sempre a melhor aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÃO

Podemos concluir nosso PPP da seguinte maneira:

- “Educação de qualidade é aquela que forma cidadãos leitores, escritores e com habilidades de cálculo suficientes para avançar em seus estudos, melhorar sua vida, melhorar sua saúde, melhorar as condições de vida da sua família e comunidade”;*
- *“Educação de qualidade é aquela em que se constrói um ambiente que possa promover o desenvolvimento da criatividade, da sensibilidade, da empatia e da afetividade.”*
- *“Nosso objetivo é estimular o aluno a pensar e não ao que pensar”!*

DIRETOR

ASSISTENTE DE DIREÇÃO

COORDENADOR

COORDENADORA

ANEXOS

- AÇÕES DO COTIDIANO
- EDUCAÇÃO INTEGRAL
- PEA (PROJETO ESPECIAL DE AÇÃO)
- PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO
- RESULTADO DA PROVA SÃO PAULO/2018
- CALENDÁRIO ESCOLAR
- CÓPIA DA ATA DE APROVAÇÃO (PPP)

